

## O conceito de hábito de pensamento e ação e seu conteúdo intrínseco: mudança, tempo e movimento

Ana Luísa de Souza Soares<sup>1</sup>

Leonardo Xavier da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Para as abordagens institucionalistas o tempo importa. O uso da concepção de hábitos de pensamento e ação, pelos seguidores do institucionalismo vebleniano, para explicar a permanência e a estabilidade das instituições, negligencia que essa concepção em si é dinâmica e como tal deve ser empregada na compreensão das mudanças no contexto socioeconômico e histórico-cultural. Esse ensaio se propõe a colocar à prova filosófica a concepção de hábito de pensamento e ação de Thorstein Veblen, através da ontologia do tempo do filósofo francês Henri Bergson. Salientando o quão relevante é esta concepção para a compreensão de processos evolucionários, por ser a mudança intrínseca aos indivíduos que modificam seus modelos sistematizados de interpretação do ambiente. E sendo assim, faz-se uma crítica ao emprego da concepção de hábitos por um dos maiores difusores do institucionalismo vebleniano contemporâneo Geoffrey Hodgson em seu esforço em explicar a estabilidade e perpetuação das instituições e não suas mudanças.

**Palavras-chave:** Hábitos de pensamento; Ontologia do tempo; Institucionalismo Evolucionário.

**Abstract:** For institutionalist approaches the time matters. The use of the conception of habits of thought and action by the followers of the Veblenian institutionalism to explain the permanence and stability of institutions fails to recognize that this conception itself is dynamic, and as such it should be employed in understanding the changes in the socioeconomic and cultural-historical context. This essay aims to put the conception of habit of thought and action of Thorstein Veblen to the philosophical test, from the ontology of time of the French philosopher Henri Bergson. It stresses how relevant this conception is for the understanding of evolutionary processes, as it is the intrinsic change to the individuals that modify their systematic models of interpretation of the environment. And thus, a critique is made to the employment of the conception of habits used by one of the greatest diffusers of the Veblenian institutionalism nowadays, Geoffrey Hodgson, in his effort to explain the stability and perpetuation of institutions and not their changes.

**Key words:** Habits of thoughts; Ontology of time; Evolutionary Institutionalism

**Classificação JEL:** A120, B400, B520

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Contato: anasoares@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Contato: leonardo.xavier@ufrgs.br  
Artigo recebido em abril de 2014 e aprovado em junho de 2014.

## 1. Introdução

Entre os institucionalistas, entre aqueles que se dispõe a analisar o papel das instituições no processo de desenvolvimento econômico, sejam os da ‘velha’ tradição onde figuram nomes como Thorstein Veblen, Jonh Commons e Wesley Mitchel, ou nas correntes recentes que vem se consolidando desde a segunda metade do século XX como a Nova Economia Institucional (NEI) de Oliver Williamson e Douglass North, ou entre os neo-schumpeterianos como Richard Nelson é comum à afirmação de que: “*o tempo importa*”. Embora, a maioria deles, não tenha assimilado a extensão de seu significado e suas implicações.

Ainda que seja assim, os institucionalistas da tradição vebleniana, por sua disponibilidade *herdada* em dialogar com outras áreas do conhecimento, acreditam que seja possível assimilar a dimensão da mudança, do tempo e do movimento naquele é que um dos seus conceitos primordiais, o conceito de hábitos de pensamento e ação. A concepção que une os indivíduos às instituições, que faz a conexão entre as análises nos níveis micro e macroeconômico.

O conceito de hábitos de pensamento e ação não foi cunhado nas ciências econômicas, mas assimilado da filosofia do século XVIII com destaque a sua definição e desdobramentos na obra de David Hume. Seu emprego por Veblen visava explicar as mudanças evolutivas nas instituições e os consequentes movimentos no processo de desenvolvimento econômico. Enquanto que em seu uso contemporâneo, observa-se na literatura econômica que o conceito de hábitos de pensamento e ação é amplamente utilizado para explicar a perpetuação e a estabilidade institucional como se evidencia nos trabalhos de Geoffrey Hodgson, um dos maiores difusores das ideias institucionais de Veblen. Ao invés de aparecer como um micro fundamento capaz de explicar as mudanças e rupturas socioeconômicas e histórico-culturais.

Mas como a ciência é datada, como as teorias são fruto de uma época e uma cultura, de um conjunto de problemas pertinentes à atenção humana, a extensão no uso de um conceito científico precisa ser revalidada para além de seu tempo. E esse é o objetivo que se propõe neste ensaio: identificar a adequação do conceito de hábitos de pensamento e ação e sua pertinência na construção de uma abordagem institucional em processo dinâmico e evolutivo, submetendo-o à prova filosófica para salientar pela consciência reflexiva e crítica o quão adequado é seu emprego na compreensão da mudança e do movimento nos processos econômicos.

Na segunda seção se estabelece o marco original na concepção de hábitos de pensamento e ação na Teoria Institucional de Thorstein Veblen, e na terceira seção apresenta-se a concepção de hábito provida de tempo, mudança e movimento proposta pela filosofia de Henri Bergson. Sendo esses, Veblen e Bergson, dois pensadores que seguiram a tradição pós-darwiniana expandindo o pensamento sobre o movimento evolucionário para além da ciência biológica. Na quarta seção, se avalia a adequação da extensão no uso do conceito de hábitos para a construção de uma Teoria Institucional que se proponha como evolucionária; e na quinta seção se contrapõe a definição expandida de hábito de pensamento e ação àquela utilizada por Hodgson em sua teoria, dita, evolucionária.

## **2. O Institucionalismo de Thorstein Veblen e o conceito de hábitos de pensamento e ação**

A abordagem institucional de Veblen estabeleceu um marco conceitual e metodológico em que indivíduos e instituições, enquanto unidades de análise, são explicadas pelas “interações e reconstituições causais” que estabelecem entre si, de forma recursiva, permitindo uma explicação evolutiva dessas unidades (HODGSON, 2007). Ou seja, a análise micro e macroeconômica, ainda que possuam relativa autonomia teórica, na abordagem institucional se interconectam por conceitos-chave e explicações expandidas (HODGSON, 1998a).

Veblen (1998, p.411) afirmou que o indivíduo não é exclusivamente hedonista. E que deve ser interpretado como uma “estrutura coerente de propensões e hábitos que busca realização e expressão em uma atitude em desdobramentos”. O indivíduo é o agente da ação e, motivado por seus desejos, orienta a sua ação sob circunstâncias de seu temperamento em uma direção específica, onde a ação se concretiza.

Na adoção de comportamentos repetitivos ou rotineiros vinculados ao desenvolver de sua atividade, conhecimentos vão sendo acumulados. Vão se constituindo hábitos de pensamento e ação. E esses hábitos vão se impondo às atividades diárias como “resíduos mecânicos” da vida passada (VEBLEN, 1998; VEBLEN, 1898 *apud* HODGSON, 1992).

Os processos rotinizados de pensamentos compartilhados por um grupo de indivíduos ou uma sociedade são reforçados por suas instituições, definidas como elementos normativos e reguladores comuns, compartilhados por interação social. Ou, “as instituições são, em essência, hábitos mentais predominantes com respeito às relações e funções particulares do indivíduo e da comunidade [...]” (VEBLEN, 2005, p.196).

Sob a influência de Lloyd Morgan quanto à ideia de que os indivíduos adaptam-se ao ambiente social (HODGSON, 1998b), onde são acumulados os incrementos evolutivos do progresso científico e social, Veblen percebeu que é o ambiente que preserva e desenvolve a capacidade humana de mudança, pois, como qualquer espécie na luta pela existência, os indivíduos em sociedade estão sujeitos a um “processo de adaptação seletiva” (VEBLEN, 2005).

O forçoso processo de adaptação dos indivíduos ao meio progressivamente cambiante pelo desenvolvimento da comunidade e das instituições aos quais estão submetidos conduz a “seleção natural dos hábitos mentais mais convenientes” ao processo de adaptação. Onde a evolução ou o desenvolvimento da estrutura social “tem sido um processo de seleção natural de instituições [...]. O desenvolvimento das instituições é o desenvolvimento da sociedade” (VEBLEN, 2005, p. 194).

Considerando que os hábitos e as instituições são funções cognitivas, do indivíduo e da sociedade, e por serem rotinizados, conferem estabilidade e repetição às decisões. Essas unidades de análise explicam-se no tempo. São descritas numa trajetória evolutiva, histórica.

Veblen (2005, p. 196) afirmou que as “circunstâncias de hoje modelam as instituições de amanhã mediante um processo coativo de seleção”, que agindo sobre as concepções habituais dos indivíduos e da sociedade “altera ou reforça com eles, o ponto de vista ou uma atitude mental transmitida pelo passado”.

O processo dinâmico, evolutivo dos hábitos e das instituições se expressa, assim, no processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins (VEBLEN, 1919 *apud* HODGSON, 1993), induzido por mudanças constantes nas circunstâncias do ambiente, “relações externas”, que produzem em consequência a mudança progressiva nas “relações internas” (VEBLEN, 2005).

Importante observar que Veblen (2005) expôs que há um hiato, um lapso de tempo, entre o processo de adaptação e seleção dos hábitos de pensamento e das instituições às mudanças do meio, afirmando que as instituições de hoje não são extremamente adaptadas às situações presentes.

O processo de adaptação seletiva não pode alcançar nunca a situação progressivamente cambiante em que se encontra a comunidade em qualquer momento dado, já que o meio, a situação, as exigências da vida que impõem a adaptação e realizam a seleção, modificam-se no dia-a-dia. (VEBLEN, 2005, p.197).

E essa situação poria em desuso os novos hábitos, com a mesma velocidade que foi criada. Porém, os hábitos mentais são um “fator conservador”, tendem a persistir

infinitamente caso não lhes sejam impostas mudanças pelas circunstâncias. Por isso, Veblen considerou a evolução da sociedade como um processo essencialmente de adaptação dos indivíduos sob pressão das circunstâncias externas, que já não toleram os hábitos estabelecidos no passado. Sendo que essas pressões, enquanto um estímulo às respostas e ajustes, dependem do “grau de liberdade com que a situação atua a qualquer momento sobre cada membro da comunidade” ao “grau de exposição de cada membro as forças coativas do meio” (VEBLEN, 2005, p.198).

Na Teoria Institucional de Veblen há uma ênfase irrestrita aos fatores externos, ao ambiente impondo as condições de adequação ou, mais precisamente, de adaptação das ações e formas de pensar do indivíduo à natureza. Negligenciando que a própria estrutura interpretativa da realidade, através de esquemas sistematizados de representação, muda com o processo de aprendizagem individual. Que não apenas o ambiente induz o ajuste das formas de pensar e agir, a adaptação, mas que também reside no próprio indivíduo a capacidade de mudar seu entendimento sobre o ambiente no qual se insere.

### **3. A concepção filosófica de hábitos, do tempo e do movimento evolutivo**

O filósofo Henri Bergson em *A Evolução Criadora* corrobora a concepção de hábito utilizada por Veblen, e originalmente apresentada por David Hume em *Investigação acerca do Entendimento Humano* de 1748. Nossa inteligência procura a repetição dos fenômenos e nega sua originalidade, isolando aquilo “que se assemelha ao já conhecido” para poder explicá-lo sobre os mesmos princípios, antevendo ou prevendo o futuro. É como se os fenômenos presentes fossem repetições do passado, escapando da inteligência “o que há de irreduzível e irreversível nos momentos sucessivos de uma história” (BERGSON, 2010, p.44).

Segundo Bergson (2010, p.58) “originalmente, só pensamos para agir”. Nossa inteligência se moldou pela ação, propõe-se um fim e se estabelece o meio para alcançá-lo, o que só é viável se for possível de alguma forma prever os resultados de nossas ações.

Essa matemática natural é apenas o suporte inconsciente de nossos hábitos conscientes de ligar as mesmas causas aos mesmos efeitos, e este hábito tem ele mesmo por objeto comum guiar ações inspiradas por intenções ou, o que vem a dar no mesmo, de dirigir movimentos combinados tendo em vista a execução de um modelo: nascemos artífices [...]. (BERGSON, 2010, p.60).

Ainda que se entenda que “a mudança é a própria lei das coisas”, os indivíduos ao assumirem posturas teleológicas demonstram uma visão empobrecida do universo; uma visão restrita e direcionada à ação. Pois, sendo a percepção indefinida; a função de abstração, de

generalização e racionalização limitada toma-se como “paliativo” o ato de conceber; geralmente uma verdade que se torna uma realidade, ou seja, um conceito. As concepções preenchem “os intervalos entre os dados dos sentidos ou da consciência e, assim fazendo, unifica [r] e sistematiza [r] nosso conhecimento das coisas” (BERGSON, 2006, p.150-54).

Concebe-se a mudança pelo movimento, pela sucessão de posições no espaço divisível. Dessa forma o movimento não é mudança em-si, mas uma trajetória sucessiva de imobilidades. Uma sucessão de estados articulados. Assim vê-se o movimento, pois “toda mudança real é uma mudança indivisível” (BERGSON, 2006, p.168).

Há mudanças, mas não há, sob a mudança, coisas que mudam: a mudança não precisa de um suporte. Há movimentos, mas não há objeto inerte, invariável, que se mova: o movimento não implica um móvel. (BERGSON, 2006, p.169).

O que Bergson se dispõe a demonstrar é que na ação voltada para um fim o indivíduo teleológico capta o movimento como mudanças ocorridas no espaço de sua atuação, dada sua incapacidade ou incompreensão de que o quê muda, na verdade, é sua própria capacidade de apreensão e a forma como representa o meio no qual se insere e desenvolve suas ações. E por isso afirma que é no domínio da vida interior que a “substancialidade da mudança é tão visível”. Não por ser uma mudança de intensidade, mas a mudança qualitativa que emerge na adaptação do indivíduo ao meio, que o induz a novas formas de representação pelo tempo experienciado que se fixa no movimento evolutivo e na duração concreta do próprio ser. Nas variações e constâncias da construção de nossa personalidade, do Eu; e da percepção da “duração real” de nossa própria existência. (BERGSON, 2006, p.172).

O tempo experienciado, que Bergson define como duração real, é o percebido como indivisível. Habitualmente o indivíduo distingue o passado e o presente em função da capacidade de estender a atenção aos fatos, de manter o “olhar atento”. “A distinção que se faz entre o presente e o passado é, portanto se não arbitraria, pelo menos relativa à extensão do campo de atenção que a vida pode abarcar”. Ou seja, “nosso presente cai no passado quando deixamos de lhe atribuir um interesse atual” (BERGSON, 2006, p.174-75).

A contribuição de Bergson a uma ontologia do tempo é, obviamente, exposta como uma dimensão metafísica e por isso sua indivisibilidade. A duração real, para o filósofo, se preenche com multiplicidades que se vinculam a noção de movimento; que é por sua vez intrínseco aos indivíduos e de natureza qualitativa. Ou seja, por essas concepções o indivíduo ao perceber seu ambiente, ainda que recorra à memória para sobre ele agir identificando possíveis relações causais sobre os fatos e acontecimentos o que o faz por hábito, os representa de forma distinta, pois há nele enquanto observador e agente da ação a

possibilidade de atualizar suas formas de representação, apreendendo o que em seu ambiente difere de natureza, dado que nele reside o poder de criação e evolução.

Assim, o passado preservando-se no presente, tem-se a indivisibilidade da mudança. Seu prolongamento no atual fixa-se no processo de evolução e na duração concreta, “onde alguma coisa viva existe [...] em aberto em alguma parte, um registro de onde o tempo se inscreve” (BERGSON, 2010, p.03).

O movimento evolutivo da vida é a “continuação de um único e mesmo impulso, que se dividiu em linhas divergentes”. A evolução ocorre em múltiplas dimensões por intermédio de múltiplos indivíduos conduzidos por trajetórias divergentes, que em algum momento apresentaram bifurcações; “vias laterais nas quais elementos dissociados se desenvolveram de forma independente; [e] nem por isso deixa de ser por meio desse impulso primitivo do todo que o movimento das partes continua” (BERGSON, 2010, p.70). Assim, algo do todo subsiste nas partes.

A compreensão de Bergson (2010, p.76) de que o movimento evolutivo é registrado em trajetórias divergentes pela existência de bifurcações, é uma resposta ao finalismo científico que entende o “mundo organizado como um sistema harmônico”. Projetando o movimento evolutivo por uma única trajetória a caminho da estabilidade (do equilíbrio). Bergson refuta essa visão, pois entende que há discordâncias e conflitos entre as diversas formas de vida, que usam certo “ímpeto” no processo de adaptação.

O desenvolvimento ocorre pela adição de diversas criações que se conservam por seleção, e esse desenvolvimento conduziria às bifurcações, às “dissociações de tendências”. Observe-se com cautela que a evolução não é meramente uma “série de adaptações às circunstâncias acidentais, [como] também não é a realização de um plano”. Para Bergson:

Se a evolução é uma criação que se renova incessantemente, vai criando, *pari passu*, não só as formas da vida, mas as ideias que permitiriam a uma inteligência compreendê-la, os termos que serviriam para a exprimir. Quer dizer que o seu futuro transborda do seu presente, e não poderia delinear-se nele como ideia. (BERGSON, 2010, p.120).

E assim, “mostra-nos cada geração curvada sobre a que lhe segue”, mostrando que o “essencial da vida esta no movimento que ela transmite” (BERGSON, 2010, p.146). Bergson ao fixar sua ontologia do tempo na percepção do movimento e seus desdobramentos evolutivos expõe o caráter intrínseco das mudanças aos próprios indivíduos, sua ontologia do tempo é também uma ontologia da liberdade. Pois, ainda que os indivíduos estejam sobre os domínios das forças institucionais neles reside à condição para a mudança e o movimento.

Que de fato se corporificam nas formas de representação de si e do ambiente em que se inserem.

#### **4. A extensão no uso do conceito de hábitos na construção de uma teoria institucional evolucionária**

Em meio a uma crise de paradigmas científicos, ou de ruptura com o paradigma até então vigente e (quase) unânime - aquele baseado na mecânica clássica onde se busca o esclarecimento dos problemas de causa e efeito, e que por consequência induz como pressupostos epistemológicos: a simplicidade, a estabilidade e a objetividade; tornando o conhecimento determinista e dando a natureza um caráter reversível no tempo (VASCONCELLOS, 2002; PRIGOGINE, 2009) - é costumeiro se observar as limitações na validade dos métodos de observação e dos conceitos construídos sob princípios de cientificidade agora questionados.

A ciência reflete as preocupações, um conjunto de problemas pertinentes e “pertencentes a uma cultura e uma época”. A crise em si é resultado de nossa obstinação em impor a natureza nossos métodos e conceitos, e encontrando dela uma resistência em aceitá-los. E a partir de sua resistência formula-se, então, um novo conjunto de problemas (PRIGOGINE; STENGERS, 2004).

Os avanços científicos se abrem ao diálogo em diversas áreas do conhecimento. Assume-se uma atividade científica orientada no tempo, pois se percebe que cada ser complexo possui “uma pluralidade de tempos, conectados uns aos outros segundo articulações sutis e múltiplas” (PRIGOGINE; STENGERS, 2004, p.302).

Então, sendo a ciência produto e reflexo de seu tempo, e visto que ela é complementar à filosofia; submetendo seus conceitos à filosofia pode-se testar a validade na extensão de sua aplicação para além do conjunto de problemas que os suscitaram.

Seja a concepção de hábitos, ou os modelos mentais amplamente difundidos na psicologia e antropologia contemporânea; o conceito de hábitos mantém a concepção original de David Hume (1989) que privilegiou a experiência como fonte do conhecimento. Através dela, da experiência, e sua repetição assimila-se a relação causal entre os elementos e fenômenos da vida.

A relação causal estabelecida no pensamento, pela repetição da experiência, guardava em si um processo dinâmico. Pois, percebia que ainda que o hábito fosse útil à ação sobre o meio, ele ia gradativamente adequando-se as transformações dinâmicas desse meio.

Visto que todas as vezes que a repetição de um ato ou de uma determinada operação produz uma propensão a renovar o mesmo ato ou a mesma operação, sem ser impelida por nenhum raciocínio ou processo do entendimento dizemos sempre que esta propensão é o efeito do hábito. [...] [A causalidade] é o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz, esperar no futuro uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado [...]. [Sem o hábito] nunca poderíamos saber como ajustar os meios aos fins, nem como empregar nossas faculdades naturais para a produção de determinado efeito. Seria ao mesmo tempo, o fim de toda ação como também de quase toda especulação. (HUME, 1989, p.86-87).

Por isso a concepção de hábitos, como empregado por Veblen e Bergson, refere-se a um comportamento voltado para a ação nas atividades diárias, atividades rotinizadas de ação e pensamento. E também na psicologia e antropologia relaciona-se a uma memória para o trabalho, como um modelo de pequena escala internalizado pelos indivíduos sobre o funcionamento do mundo, como representações cognitivas da realidade externa, que mesmo limitada ou incompleta em sua capacidade de representação, permitem a tomada de decisão (JONES *et.al.*, 2011).

Segundo Deleuze (2006) para Hume a repetição nada mudava no objeto, e sim no espírito de quem o contemplava. Deleuze explica como, através da repetição de casos idênticos ou semelhantes, é possível estabelecer a dinâmica sobre o entendimento da realidade a partir da “síntese do tempo”.

O processo se dá, num primeiro momento, quando se estabelece a causalidade pela sucessão de experiências; sempre que aparece A espera-se por B, como uma contração da memória – uma reflexão. Aqui o tempo equivale à contração dos instantes, a “síntese passiva” da imaginação que retém A e B aparece. Dessa forma se fixa na generalidade do hábito uma ordem qualitativa - a semelhança (DELEUZE, 2006, p.114).

No momento posterior, considera-se a mudança no sujeito que contempla, onde a partir das impressões qualitativas da imaginação a memória passa a reconstituir casos particulares como distintos. A generalidade do hábito agora estabelece a ordem da equivalência - ordem quantitativa da generalidade, onde se tem a igualdade de ação em situações diversas. “O hábito extrai da repetição algo de novo: a diferença”; aqui a “síntese ativa” do tempo sobre a memória faz-se presente (DELEUZE, 2006).

A partir da impressão qualitativa da imaginação, a memória reconstitui os casos particulares como distintos, conservando-os no ‘espaço de tempo’ que lhe é próprio. O passado, então, não é mais o passado imediato da retenção, mas o passado reflexivo da representação, a particularidade refletida e reproduzida.

Correlativamente, o futuro deixa também de ser o futuro imediato da antecipação para tornar-se o futuro reflexivo da previsão, a generalidade refletiva do entendimento (o entendimento proporciona a expectativa da imaginação em relação ao número de casos semelhantes distintos observados e lembrados). Quer dizer que as sínteses ativas da memória e do entendimento se superpõem à síntese passiva da imaginação e se apoiam nela. (DELEUZE, 2006, p.113).

Observa-se que o hábito em si representa uma função cognitiva dos indivíduos. Uma memória a qual se recorre para representar e agir sobre o ambiente. Em sua concepção filosófica, seja para Hume seja para Bergson, o hábito traz em si propriedades dinâmicas e evolutivas, pois a percepção dos fenômenos e a forma como os indivíduos os representam passam por modificações; não pelo fato exclusivo do próprio ambiente mudar, mas principalmente pela propriedade intrínseca ao indivíduo em apreender, em seu poder criativo e evolutivo de sistematizar a realidade por novos modelos de pensamento.

Em Veblen, também há o entendimento do hábito como função cognitiva reforçada pela memória, que frente ao ambiente cambiante os indivíduos selecionam os mais convenientes ao processo de adaptação. Seria fácil criticar Veblen por não ter percebido ou enfatizado o caráter intrínseco do movimento e da evolução do hábito. Porém, como inúmeras vezes, nesse ensaio, se afirmou que o conhecimento é datado e reflete preocupações de um contexto histórico e cultural, cabe então à ressalva em favor de Veblen da influência da teoria pós-darwiniana em seus escritos, a tendência explícita de analogias entre a biologia e os processos econômicos; e o próprio contexto histórico e cultural em que desenvolve seu pensamento no fim do século XIX, com o grande impulso industrializante da época e sua defesa de que esse processo se difundisse sem resistências e em velocidade.

Porém, Veblen atribuiu exaustivamente a mudança como elemento externo ao indivíduo, ao ambiente; cabendo ao indivíduo a condição de se adaptar a elas o que exigiria a mudança de seus hábitos de pensamento e ação, e conseqüentemente de suas instituições. Mas ainda assim, deve-se entender sua teoria como um corpo aberto a incrementos conceituais e evolutivos, porém sem negligenciar sua principal contribuição à teoria institucional que é o processo recursivo de interações múltiplas entre indivíduos, que não possuem comportamentos pré-determinados nem universais, e suas instituições enquanto representações sistematizadas do real que ganham caráter normativo e regulamentário; em síntese a causação cumulativa.

Atendendo ao objetivo desse ensaio, o de submeter o conceito de hábitos de pensamento e ação a prova filosófica, de modo a identificar sua pertinência ao desenvolvimento da Teoria Institucional Evolucionária, percebe-se que esse mantém em-si

propriedades dinâmicas e evolutivas. Que o conceito de hábito de pensamento e ação traz em si três dimensões: mudança, tempo e movimento. A mudança sendo intrínseca aos indivíduos que percebem e criam modelos explicativos para a realidade, para o ambiente que os cerca, e se expressa na adaptação dos indivíduos às circunstâncias cambiantes do meio. O tempo no processo cumulativo de adaptações que implica aprendizagem, por isso hábitos e instituições são funções cognitivas. E o movimento evolutivo expresso no processo de seleção de hábitos e instituições mais convenientes ao processo de adaptação.

Em meio à crise paradigmática do conhecimento científico, no qual está envolta também as ciências econômicas, observa-se o uso de um conceito que poderia ser usado como um micro fundamento para a interpretação e compreensão da mudança sendo amplamente difundido como elemento que permite a explicação da estabilidade. Sendo assim, cabe a reflexão sobre um desses difusores de explicações sobre a estabilidade institucional, mais especificamente aqui os trabalhos de Geoffrey Hodgson, principalmente por este ser um dos grandes promotores contemporâneos das ideias de Veblen.

## **5. O abandono aos princípios evolucionários veblenianos por G. Hodgson no uso do conceito de hábitos de pensamento e ação**

Hodgson (1998a) expõe que a percepção distinta sobre a natureza da ação humana em torno do conceito de hábitos, introduzida pelo velho Institucionalismo, tem o apoio de outras áreas do conhecimento como a psicologia e deve ser incorporado e desenvolvido pelos economistas.

Na economia institucional vebleniana, a definição de hábitos de pensamento e ação tem um papel central, ao atuar como conector entre os níveis micro e macroeconômico, relacionando indivíduos e instituições. Estabelecendo-se através dele o “vínculo entre o geral e o específico” (HODGSON, 1998a, p.168).

Os hábitos individuais reforçam e são reforçados pelas instituições. Num circuito de engajamento mútuo que confere as instituições qualidades estáveis e inertes. Além disso, as instituições desempenham um papel fundamental na constituição de um quadro cognitivo para interpretação dos dados do sentido e proporciona a formação de hábitos ou rotinas para que se transforme a informação em conhecimentos práticos. (HODGSON, 1998a, p.171).

Ainda que grande difusor da teoria institucional de Veblen, G. Hodgson em seus trabalhos mais recentes parece apresentar como questão essencial de seus escritos a possibilidade de se explicar através da concepção de hábitos de pensamento e ação a

estabilidade das instituições. Porém, no seu processo de construção de uma teoria que explique a permanência das instituições no tempo, abandona a possibilidade de contribuir para uma Teoria Institucional Evolucionária, para a compreensão de fenômenos complexos e não-lineares, que ele próprio admite caracterizar a natureza dos problemas econômicos. Explica-se:

É certo que existem regularidades no comportamento de um grupo de indivíduos que possuem objetivos similares. No compartilhar de normas e crenças tem-se a percepção de pertencimento o que assegura a aceitabilidade da conduta e da decisão, pelo grupo, quando tomada isoladamente por um indivíduo. E não necessariamente tais regularidades tornam-se regras explícitas que envolvam algum tipo de sanção ou constrangimento por uma autoridade externa como propôs Tuomela (1995 *apud* HODGSON, 2006). Pois, de fato, como expôs Hodgson (2006) é pela interação social que os indivíduos apreciam, valorizam e interpretam regras comuns.

Ainda que assuma as ambiguidades em torno da concepção de hábitos, Hodgson (2006, p.6) acaba por defini-lo como uma “disposição para se engajar em comportamentos ou pensamentos previamente adotados ou adquiridos, desencadeados por estímulos adequados ou contexto”.

E que enquanto mecanismo psicológico “substancialmente inconsciente” (HODGSON, 2010, p.4), a aquisição de hábitos “forma a base de comportamento que acata as regras”. Sendo que o hábito torna-se regra quando incorpora um conteúdo normativo. A partir daí, o hábito propicia estabilidade as instituições. E essas reforçam o hábito, “criam forte mecanismo de conformismo e concordância normativa” (HODGSON, 2006, p. 6-7).

O grande equívoco “evolucionário” de Hodgson (2006, 2007) apresenta-se quando se dispõe a “construir uma ontologia alternativa das instituições”; através do mecanismo de *reconstitutive downward causation*. A partir do qual, ainda que não de forma direta e/ou unânime, as instituições, exercendo o efeito de autorreforço sobre os indivíduos, que apresentam regularidades de comportamento e possuem hábitos compartilhados, sustentam-se e perpetuam-se.

Instituições não são perpetuadas simplesmente através das regras de coordenação convenientes que oferecem. Elas são perpetuadas porque limitam e moldam as aspirações individuais, e criam as bases para sua existência na mente dos indivíduos com suas convenções. (HODGSON, 2006, p.7).

Hodgson ignorou, talvez deliberadamente, que o hábito é um “fator conservador” por si só, como bem expôs Veblen; o que seria o bastante para garantir a perpetuação das

instituições. E não faz nenhuma referência à mudança intrínseca aos indivíduos induzindo as mudanças nos hábitos, reforçando a flexibilidade deste enquanto necessidade adaptativa do indivíduo ao meio.

Compartilha-se, assim como Hodgson (2010, p.5), que os hábitos de pensamento e ação são transmitidos pela cultura, que esse é um elemento importante que permite “lidar com as incertezas, a complexidade e a mudança”; mas de modo algum que esse seja alterado, exclusivamente, como decorrência do processo adaptativo induzido por mudanças externas, principalmente as de origem ambiental, como exposto: “A capacidade humana para formar hábitos evolui como resultado de condições ambientais e outros altamente variáveis” entre as quais “principalmente mudanças climáticas e naturais imprevisíveis” (HODGSON, 2010, p.9,8).

O mecanismo de *reconstitutive downward causation*, é muito apropriado caso se esteja tratando de um sistema fechado, em que a retroalimentação, o autorreforço das convenções institucionalizadas sobre os indivíduos, reforçaria ou moldaria seus hábitos compartilhados, eliminando os conflitos e a competição entre os que estão sob a influência das mesmas instituições, já que é a partir do nível micro que se conferem as propriedades no nível macro. A estabilidade institucional seria semelhante a um estado; se houvesse possibilidade evolutiva, seria uma evolução finalística efetuada sobre uma trajetória única.

Ora, se há um movimento evolutivo, se a evolução ocorre em múltiplas direções como estabeleceu Bergson, pois existe uma pluralidade de tempos conectados, a interpretação e compreensão desse movimento devem ser alcançadas por meio de um micro fundamento que garanta a possibilidade inovativa e inventiva dos indivíduos, de buscarem novas formas de internalizar a representação de seu próprio ambiente cambiante. Sendo o uso da concepção de hábitos de pensamento e ação apropriados para esse fim desde que, ainda que reconhecendo o papel normativo e regulador das instituições, se incorpore o quão intrínseca é a própria mudança ao indivíduo.

## **6. Considerações Finais**

A acumulação de conhecimentos usados para a ação sobre o ambiente, de modo rotineiro e compartilhado cria certa estabilidade dos procedimentos e processos humanos que tendem a ser reforçados por suas instituições. Thorstein Veblen atribuiu ao ambiente a capacidade de mudança pelo registro evolutivo dos processos científico e social, cabendo aos

indivíduos se adaptarem a ele. E no tempo histórico se registrariam as seleções dos hábitos de pensamento e ação adaptando-os as necessidades externas que impõe novas formas decisórias.

Tomando a concepção de que o indivíduo é teleológico, onde a construção de modelos sistematizados de pensamentos é formalizada para agir sobre o meio o filósofo Henri Bergson, a partir de uma ontologia do tempo, mostra que as mudanças nos hábitos de pensamento e ação são condições intrínsecas dos indivíduos, pois neles reside a capacidade criativa e inovativa de mudar suas representações sobre o meio. Neles reside a liberdade de pensamento e ação que induz mudanças de comportamentos que quando compartilhados vão se institucionalizando; representando assim as mudanças e a própria evolução do contexto social nos quais se inserem. Sendo que este movimento se dá por linhas divergentes, por bifurcações que guardam a memória histórica das dissociações de tendências que fornecem a base de explicação para as diferenças socioeconômicas e histórico-culturais entre grupos e populações.

Quando se submete o conceito de hábitos de pensamento e ação a prova filosófica, para se identificar o quanto ele guarda ou traz em si um elemento dinâmico que possa ser incorporado numa teoria institucional que se disponha a tratar as mudanças nos processos socioeconômicos ao longo do tempo histórico, identifica-se que o conceito e seus desdobramentos são úteis sim, frente à crise paradigmática que exige a compreensão de elementos multicausais na explicação de fenômenos de natureza complexa.

Seguindo sua origem, por David Hume, os hábitos de pensamento que se formam na repetição da experiência, como representações da realidade estabelecidas em modelos sistematizados de interpretação do meio, guardam em si um processo dinâmico que pode ser representado pela “síntese do tempo” formulada na interpretação do filósofo francês Deleuze. Ainda que o indivíduo pela generalidade do hábito identifique os fenômenos como semelhantes num primeiro momento, no momento seguinte passam a interpretar os fenômenos como equivalentes; pois no indivíduo que observa é que se processa a mudança. Logo, pode-se afirmar que o conceito de hábito de pensamento e ação traz em si três elementos que lhe é indissociável: mudança, tempo e movimento.

Sob o domínio dessa concepção de hábito fez se a crítica, aquele que talvez seja o maior difusor do Institucionalismo Vebleniano, G. Hodgson. Este autor usa o conceito de hábito de pensamento e ação como elemento estabilizador, sendo flexíveis apenas nos processos de adaptação dos indivíduos as mudanças ocorridas no ambiente. E que usando do mecanismo de *reconstitutive downward causation* busca explicar a permanência das

instituições quando essas assumem conteúdo normativo, exercendo sobre os indivíduos o autorreforço de seus hábitos de pensamento e ação. Anulando a capacidade intrínseca dos indivíduos de assumirem posturas criativas e inovativas de interpretação do meio através de seus modelos sistematizados de representação da realidade.

A concepção de hábitos de pensamento e ação guarda em-si um processo dinâmico de adequação do pensamento as mudanças dinâmicas do meio, por aprendizagem ou imitação. Modifica o entendimento sobre a realidade por mudanças indivisíveis, e intrínsecas no processo evolutivo inerente ao indivíduo, na síntese do tempo também indivisível de sua própria existência. Sendo assim, a estabilidade das instituições representa a “continuidade ininterrupta” de construções e rupturas de hábitos individuais e convenções coletivas, registradas no tempo de sua própria constituição, possível quando o ritmo de evolução, enquanto o processo de seleção adaptativa de indivíduos e instituições ocorre *pari passu*. Logo, assume-se que estão na concepção de hábito de pensamento e ação os elementos necessários para compreensão das mudanças e rupturas socioeconômicas e histórico-culturais e não, exclusivamente, sua perpetuação e estabilidade ao longo do tempo.

## 7. Referências bibliográficas

BERGSON, H. **Evolução Criadora**. São Paulo: Ed. UNESP. 2010

\_\_\_\_\_. **O Pensamento e o Movente: ensaios e conferências**. São Paulo: Martim Fontes. 2006.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 2006.

HODGSON, G. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal Economics**, vol. 16, p.285-301, 1992.

\_\_\_\_\_. Institutional Economics: surviving the ‘old’ and the “new”. **Metroeconomica**, vol. 44, n.1, p.1-28, 1993.

\_\_\_\_\_. The approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, vol.36, n.1, p.166-192, mar.1998a.

\_\_\_\_\_. On the evolution of Thorstein Veblen’s evolutionary economics. **Cambridge Journal Economics**, vol.22, p.415-431, 1998b.

\_\_\_\_\_. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, vol. XL, n.1, p.1-25, mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **Instituciones y individuos: interacción y evolución**. 2007. Disponível em: [www.desin-uamac.org/nuevoinst2007/borradores/Hodgson.pdf](http://www.desin-uamac.org/nuevoinst2007/borradores/Hodgson.pdf).

\_\_\_\_\_. Choice, habit and evolution. **Journal Evolutionary Economics**, vol.20, n.1, p.1-18, 2010.

HUME, D. **Investigação acerca do Entendimento Humano**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1989.

JONES, N.; ROSS, H. LYNAM, T.; PEREZ, P.; LEITCH, A. (2011). Mental Models: an interdisciplinary synthesis of theory and methods. **Ecology and Society**, vol. 16(1): 46, 2011.

PRIGOGINE, Y.; STENGERS, I. **La nueva alianza: metamorfosis de la ciência**. Madri: Ed. Gallimard. 2004.

PRIGOGINE, Y. **Ciência, razão e paixão**. São Paulo: Ed. Livraria da Física. 2009.

VASCONCELLOS, M. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Ed. Papyrus. 2002.

VEBLEN, T. (1998). Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, vol.22, p.403-414, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoria de la Clase Ociosa**. 2ª. Ed. México: Ed. FCE, 2005.